

NAS TRILHAS DE UMA EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO MUSEAL: DIÁLOGOS E ARTICULAÇÕES ENTRE TIPOLOGIAS, CONCEPÇÕES E NARRATIVAS NO PROJETO MUSEU DE IDEIAS

FERNANDA SANTANA RABELLO DE CASTRO

OZIAS DE JESUS SOARES

ANDRÉA FERNANDES COSTA

APARECIDA MARINA DE SOUZA RANGEL

MARIA ESTHER ALVAREZ VALENTE

Introdução

Estabelecer parcerias e trabalhos em colaboração tem mostrado a força e vitalidade do campo museal na consecução de sua missão. Este artigo se volta para a análise particular de uma iniciativa – o Projeto Museu de Ideias – para pensar a necessária articulação, na educação museal, entre instituições inscritas em diferentes tipologias¹, que dialogam com distintos públicos, em

¹ O Projeto nasce com a participação do Museu Casa de Rui Barbosa, Museu de Astronomia e Ciências Afins e Museus Castro Maya, articulados a partir de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT, 2009). Em anos posteriores, o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional e o Museu da Vida passaram também a compor o grupo que planejou, executou e avaliou as ações, mas não se chegou a renovar o ACT para sua inserção formal. A Fundação Casa de Rui Barbosa possui um Museu de História dedicado à memória de seu patrono. O Museu de Astronomia e Ciências Afins-MAST é um Instituto de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, voltado à pesquisa em História da Ciência, Museologia e Educação em Ciências e abriga um acervo de instrumentos científicos e arquivo histórico de cientistas. Os Museus Castro Maya têm duas unidades, o Museu do Açude e o Museu da Chácara do Céu, ambos abrigando em ex-residências do seu patrono, Raymundo Ottoni de Castro Maya, um acervo de arte do colecionador. O Museu da Vida, da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, abriga um acervo histórico das ciências e saúde, bem como áreas interativas e teatro. O Museu Histórico Nacional, vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus, é constituído por acervo bibliográfico, de objetos, de iconografia, e de documentos sobre a História do Brasil. O Museu Nacional (MN), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi criado em 1818 e é uma peça fundamental da história do Brasil. Visa a promover a educação, a ciência e a cultura, com ênfase nas ciências naturais e antropológicas, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa, extensão, educação museal, preservação e comunicação do patrimônio musealizado, em diálogo com a sociedade brasileira de forma ampla e inclusiva. Em setembro de 2018 foi atingido por um incêndio de grandes proporções e, desde então, passa por um intenso processo de reconstrução.

especial educadores e professores, promovendo ações de formação integral e desenvolvimento profissional.

Ainda que, contemporaneamente, alguns teóricos como Gob e Drouguet, refutem a ideia de que a identidade de um museu seja essencialmente baseada numa temática (2019, p. 62) grande parte das instituições museais se estrutura a partir de uma tipologia (de acervo) clássica, por meio da qual sua abordagem e ações são conduzidas. Os museus participantes do Projeto Museu de Ideias se inserem em classificações pragmáticas (artes, ciências e história) e, muitas vezes, definidas em seus decretos de criação, presentes também em instrumentos de registro de políticas públicas do setor museal. Embora cientes das discussões em torno da legitimidade das tipologias exclusivas, entendemos que é possível avançar em propostas multitemáticas pautadas no trabalho em rede e em projetos colaborativos que permitem a construção de novos olhares e experiências inovadoras. Estas premissas guiaram os idealizadores do projeto que buscaram, desde a definição do nome até a elaboração dos objetivos, extrapolar as barreiras disciplinares que circunscrevem as instituições, permitindo a compreensão do museu como um espaço multireferencial.

O Projeto Museu de Ideias (PMI) tem como objetivo promover debates acerca de temáticas relativas a museus de História, Ciências e Artes, articulando saberes, teorias e práticas entorno da Educação Museal, tendo em vista a necessidade de interação entre diferentes tipologias de acervo e concepções conceituais de museus (tradicionais, ecomuseus, comunitários, indígenas, virtuais etc.). Caminha no sentido de contribuir para a consolidação de um escopo teórico e de ações educativas próprias dos espaços museais e suas metodologias, focando também na formação permanente dos profissionais (educadores museais e professores da rede de ensino) e do público envolvido em suas ações num duplo movimento.

A proposta de parceria surgiu em 2009, contando então com três instituições localizadas na cidade do Rio de Janeiro – Museu Castro Maya, Museu de Astronomia e Ciências Afins e o Museu Casa de Rui Barbosa – que almejavam sistematizar um espaço de escuta e debate com os diferentes profissionais atuantes na área da Educação Museal das instituições, mas, também e sobretudo, com estudantes, pesquisadores, professores e outros profissionais que participavam das ações desenvolvidas por esse setor. A ideia motivadora, e por isso a escolha do termo, sempre foi transformar os espaços em museus de ideias construídas junto com os que produzem e aqueles que experimentam.

A adoção do nome do Projeto não é fortuita. Nasce como reverberações de debates que inserem o museu como palco de ideias, de discussões, de defesas de projetos societários, de proposições críticas. Já vem de longa data a crítica aos “museus templos” (CAMERON, 1971) que, no dizer de Ulpiano Bezerra de

Meneses, “apenas homologariam os valores da burguesia”, para a instauração de “museus fóruns” que se firmariam como “espaços da criação, do debate, da interação” (MENESES, 2013, p. 17). A precedência dos objetos sobre os processos, sentidos, conceitos, passa a ser questionada em tempos recentes. Conforme debatem Costa e Gouvêa (2009, p. 2) “os objetos, anteriormente riqueza das galerias reservadas passam a ser acessórios das exposições”. Para as pesquisadoras, “do museu de objetos ao museu de ideias, os objetos se transformaram em suportes de sentido das exposições”. Não se trata de desdenhar o objeto tangível, mas compreendê-lo como atravessado por condicionantes históricos, estéticos, ideológicos, capazes de provocar o diálogo, a “curiosidade epistemológica” – no dizer de Paulo Freire – e o exercício das sensibilidades. Sobretudo, o pano de fundo da iniciativa deste Projeto se afirmara na necessidade de manter um ciclo de debates plurais sobre assuntos, práticas, pesquisas e produção do conhecimento que orbitassem o cotidiano da educação museal.

Os temas das atividades desde então giraram em torno de pesquisas e práticas ancoradas nas tipologias de acervo e concepções conceituais dos museus participantes do projeto, sempre exploradas em palestras com a participação de educadores e profissionais de museus convidados recebendo um público diverso tais como professores, museólogos, técnicos de museus, estudantes de diversos cursos, como museologia, história, pedagogia, arte, biologia, física, astronomia e de diversas licenciaturas, atuantes ou não na educação museal. Embora as tipologias de acervo e concepções conceituais dos museus guardem diferenças que os distanciem em alguns aspectos, defendemos a necessidade e a importância de se buscar as conexões, as interações, as possibilidades de fortalecimento de redes de museus, de parcerias (inclusive com a rede de ensino e professores) e de projetos educativos que apontem na direção da formação integral do público visitante.

Neste sentido, apresentamos desafios teóricos e práticos presentes na mediação educativa em museus e na formação de mediadores. Em especial, a iniciativa do Projeto leva em conta a função educativa do museu, que coloca em perspectiva o trabalho em parceria e sobre alguns públicos específicos, como o de profissionais da educação museal, professores, estudantes dos ensinos básico e superior e da educação especial.

Em nosso entendimento, a relevância da experiência do Projeto Museu de Ideias se dá em parte pelas contribuições para o estabelecimento de políticas públicas de articulação e interação entre as instituições de memória, patrimônio, conhecimento e educação. Sendo assim, pontuaremos, de um lado, alguns desafios colocados pela inexistência de uma política articuladora em nível nacional entre a área da Educação Museal e a rede de Ensino Básico e Superior, apresentando, por outro, alguns avanços conquistados no processo de

construção da Política Nacional de Educação Museal (PNEM), instituída em 2017 e coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Esperamos que o conjunto dessa experiência possa servir como reflexão para se pensar o campo da Educação Museal de modo mais qualificado e em especial na sua relação com a escola e demais instituições formadoras.

O objetivo almejado pelo Projeto Museu de Ideias, nas linhas aqui esboçadas, é demonstrar como a articulação de saberes e práticas entre museus de diferentes tipologias de acervo e concepções conceituais pode contribuir para a democratização do acesso aos museus e para o empoderamento de públicos potenciais, por meio de uma formação qualitativa (inclusive de professores) que incentive o hábito de frequentar museus e sua consequente apropriação crítica e valorização do patrimônio cultural, histórico, artístico e científico.

Interfaces entre museus de história, ciências e artes

O surgimento dos Museus nos remete à Antiguidade Clássica, com o *Mouseion*, temática vastamente explorada na literatura museológica. Para as finalidades deste artigo trataremos apenas do período compreendido pelos séculos que se seguiram à Modernidade, levantando alguns de seus elementos constitutivos, embora de modo incipiente e periférico, e priorizando análises relativas ao período em que os museus se pretendem acessíveis para a sociedade, ou seja, na virada dos séculos XVIII e XIX.

Vale ressaltar que a modernidade ocidental construiu promessas de um mundo civilizado, democrático, radicado na ideia de progresso e de desenvolvimento que romperiam com a lógica medieval. Neste sentido, trouxe uma esperança de ruptura histórica com a velha ordem, na qual se destacam o enfraquecimento das monarquias, o surgimento dos estados nacionais, a expansão colonialista europeia, o aparecimento da fábrica como um novo modelo de organização produtiva, a valorização e desenvolvimento das ciências e o primado da razão, entre outros aspectos.

A origem moderna dos museus pode ser buscada nas coleções, nos Gabinetes de Curiosidades, na sanha do exótico, no afã de classificação, na constituição e ressignificação de memórias, na construção do ideário de nação, na consolidação de hegemonias de grupos e frações de grupos. O avanço do desgaste do antigo regime e a ascensão de uma nova classe social formada na confluência do crescimento das cidades, no Iluminismo, no Enciclopedismo, movimentou a criação e fortalecimento de instituições onde pudessem estar ancorados os ícones de um novo momento. As escolas, os museus, as bibliotecas, os laboratórios estão, portanto, situados como emblemas de um novo *ethos* societário. Todavia, embora tendo ampliado a participação de segmentos da população à educação, à ciência e à cultura,

isso não representou a universalização de seu acesso ou a sua democratização de forma plena. Antes, o que se assistiu com a ascensão da burguesia, foi, com algumas rupturas e possibilidades, a permanência de privilégios de uma nova classe, o que aponta, em alguma medida, para o fracasso dos princípios modernos fundantes do museu, que resvalam até hoje nas dificuldades de sua relação com diferentes públicos.

Argumentamos, para o que interessa neste debate, que embora compreendamos o papel institucional que os cabem na preservação de um rico patrimônio cultural, histórico e científico, os museus de arte, de ciências e de história nasceram como espaços institucionais de guarda de uma memória de representação de um poder marcadamente aristocrático e após a ascensão da burguesia, continuamente elitista.

Em fins do século XVII, é aberto ao público – embora este conceito seja restrito, neste momento – o Ashmolean Museum (1683) e em 1753, o British Museum, que são exemplos, dentre outros, de uma concepção moderna de museus. Sobretudo, a Revolução Francesa possui o mérito de ser o “marco importante da abertura do museu ao público, em uma concepção mais alargada, não só na França como em diferentes partes do mundo” (VALENTE, 2009, p. 88). Será no século XIX que o mundo assistirá a profusão de da criação de museus já revestidos de uma dimensão de pesquisa e de educação, buscando uma maior aproximação com o público, embora ainda o limitando.

Num traçado histórico, pleno de contradições e não linear, vislumbra-se um momento de expansão da educação e cultura e de novas demandas colocadas pela maioria da população e do próprio Novo Regime. Salientamos que o domínio da técnica e da indústria atravessa os debates sobre a constituição de uma nova ordem social. As Exposições Universais, tendo iniciado em 1851, na Inglaterra, se espalham pelo mundo procurando mostrar a excelência de uma nova ordem, moderna e industrial, onde a ciência, a educação e as artes coroarão a ideia de progresso e desenvolvimento (PESAVENTO, 1997).

Neste contexto, a especialização, tributária da ciência moderna, redundou em fragmentação e hierarquização de saberes, de campos do conhecimento, e na conseqüente disciplinarização. Torna-se, assim, cenário propício para o aprofundamento do fosso existente entre diferentes saberes e campos associados ao trabalho manual e, de outro lado, daqueles ligados ao trabalho intelectual.

No campo das artes, o renascentismo, embora tenha resgatado elementos presentes na cultura grega clássica, não eliminou a produção de caráter cristão, ou com finalidades religiosas e a Igreja foi durante muitos séculos o grande mecenas de muitos artistas. O esclarecimento não foi capaz de libertar as artes de um conteúdo elitista e da concentração da produção e fruição das artes nas altas camadas da sociedade. Houve, sobretudo, uma significativa diferenciação

social entre o artista e o trabalhador comum: o artista se aproximava do homem da ciência, os pintores viajantes do século XIX acompanhavam as missões científicas dos taxonomistas; artistas se prestaram durante longo tempo como topógrafos, registradores de achados científicos e de fatos históricos. Nesta lógica, aos trabalhadores comuns restava a atribuição de um papel de produtor alienado nas relações sociais e no modo de produção e reprodução da vida, excluídos das formas de expressão artística.

A arte possui uma dimensão que se refere à “estética do poder”. Imperadores se esmeravam em eternizar seus feitos heroicos em telas de grandes dimensões conhecidas hoje como “pinturas históricas”. Nesta mesma lógica, famílias nobres contratavam artistas para pintarem seus “retratos”.

Em diferentes momentos e de diversas formas, os museus construíram um escopo teórico e instrumental e um conhecimento que se instituíram como currículo, legitimação artística e científica ou como versões oficiais da história.

Tais exemplos, entre outros, apontam como a arte, a historiografia e a ciência podem atrelar-se à elite, à aristocracia e distanciar-se da maioria da população. De modo semelhante, o antecedente histórico de outra instituição fornece pistas, entre rupturas e continuidades, da manutenção de certo status quo: a Escola. Na antiguidade, designada por *Scholé* (grego) ou *Schola* (latim) era uma espaço-tempo de dedicação ao ócio, longe de qualquer trabalho manual, em que aos sujeitos ali inseridos cabia apenas o *esforço* do saber, do aprender (SOARES, 2007). Na modernidade ela assume um papel interessado, isto é, o objetivo da formação passa a ser a preparação para o desenvolvimento de funções associadas ao trabalho fabril-industrial e não a construção do conhecimento, situado este em níveis cada vez menos acessíveis ao conjunto da população. Quanto mais avança a modernidade, mais ligada à formação para o mercado de trabalho (alienado) é a escola.

Do mesmo modo, a história, dos grandes heróis e dos grandes fatos nacionais, delimita os registros de memória, restringindo aos já empoderados membros das elites sociais não só seu protagonismo, como seu desenvolvimento e domínio.

No campo da política, da cultura e dos direitos civis, os avanços são significativos, mas giram em torno das necessidades da classe burguesa emergente, aumentando sua capacidade de dominação social e exploração do trabalho, nem de longe servindo às demandas crescentes do conjunto de indivíduos modernos no sentido de uma coletividade.

A natureza dos museus, via de regra, passa a integrar um contexto voltado à experimentação, à demonstração, e à seleção de conteúdos culturais representativos de uma época e de uma classe. De acordo com Segall (1991), após a Revolução Francesa, o *museu* passa a representar a possibilidade de universalização democrática do conhecimento e da erudição, com a criação

de diversas instituições estatais: o *Musée du Louvre* (1793), dedicado às artes figurativas, o *Muséum National d'histoire Naturelle* (1793), dedicado à ciência, o *Musée des Monuments Français* (1795), dedicado à história e memória nacionais, e o *Musée des Arts et Métiers* (1794), dedicado à técnica.

Museus de arte, ciências e história, neste sentido, guardam uma herança de timbre aristocrático, pela vinculação a uma elite intelectual, embora muitos artistas tenham se apresentado como críticos de seu tempo, talvez por compartilharem, com Paul Valéry (1931) a ideia de ser o museu, uma casa de incoerência, construída por uma civilização, nem voluptuosa, nem razoável. A representação da arte junto às classes populares reforça o caráter dicotômico do próprio desenvolvimento da ciência, da história, da escola e do mundo do trabalho com sua clássica separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Quanto a este último aspecto, é possível falar numa exacerbação dessa dicotomia no contexto brasileiro com quase quatro séculos de escravidão e a precedência das humanidades, da oratória e da gramática na estrutura da escola brasileira (ROMANELLI, 1978).

Notório é que a produção e disseminação da arte e das ciências ficarão restritas, portanto, aos estreitos círculos do poder, mesmo após a revolução francesa, enquanto a história servirá de propaganda ideológica de afirmação da nova ordem burguesa e de consolidação do espírito nacional.

A arte, neste contexto, é interpretada como de domínio e fruição de poucos. Em meados do século XVIII (1748) é criado na França o Salão de Paris, para exibir obras de arte, em especial dos membros da Real Academia Francesa de Pintura e Escultura, numa demonstração definitiva do vínculo da arte aos círculos da realeza.

Por seu lado, a ciência, estreitamente ligada à indústria e suas demandas, se desenvolve entre os ideais positivistas do progresso, mantendo-se também elitizada e à serviço da manutenção de relações de poder. Neste contexto surgem as grandes Exposições Universais de Arte e da Indústria, que tem seu pontapé na Inglaterra, em 1851 e seguem durante o século XX na França, tendo versões também em outros países, como a que vimos em 1922, no Rio de Janeiro, cujo princípio seguia o modelo das exposições europeias.

No Brasil, em princípios do século XIX é criada, por D. João VI, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816-1822), mais tarde Academia Imperial das Belas Artes (1822-1889) e hoje Escola de Belas Artes, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). D. João cria também o Jardim Botânico (1808). No primeiro quartel do século XIX, funda ainda o Museu Real (1818), hoje o Museu Nacional, que abrigou o primeiro setor educativo em museus do Brasil, a Seção de Assistência ao Ensino, fundada

em 1927 por Roquette Pinto. Décadas adiante é criado, em 1862, o Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.

O que se assiste no contexto das primeiras instituições museais brasileiras é a adoção de um modelo de museu baseado na pesquisa científica e, novamente aí, com acesso voltado a uma pequeníssima parcela da população.

Em suma, arte e ciência são postas como dimensões da experiência humana que se convencionaram como de domínio de determinados segmentos sociais, tão caros, portanto, à manutenção de poder, representação de *status* e fortalecimento de dada hegemonia.

Mais adiante, como se vê, o século XX será emblemático diante do movimento de fortalecimento da ideia de uma identidade nacional. A semana de arte moderna, em 1922, o movimento antropofágico de Oswald de Andrade em 1928², o “*télos* de nação industrializada”, acepção em que o desenvolvimento nacional só seria possível a partir da industrialização e da varredura dos “restos coloniais” com o advento de uma nova ordem do trabalho (RODRIGUES, 1998) na década de 1930 em diante, entre outros, são apenas alguns ícones daquele movimento.

O Manifesto dos Pioneiros da escola nova, de 1932, se pretende na mesma direção, ou seja, a de uma educação pública que rompesse com os limites da escola tradicional. Entretanto, essa escola de massas não se efetivou, ampliando o fosso das desigualdades de acesso à educação (SAVIANI, 2008).

De igual forma, os museus abriram apenas parcialmente para o público, na medida em que a estrutura societária erigida e cindida em classes impedia o acesso da maioria da população aos lugares das diferentes áreas da cultura. Deve-se a isto, não exclusivamente pela dificuldade financeira em chegar e entrar nestes espaços, mas, fundamentalmente, pela falta de bases de formação que permitissem a fruição e apropriação do patrimônio histórico, artístico e cultural musealizado e a conseqüente ausência de reverberação desses espaços junto aos diferentes segmentos da sociedade que não se sentiam representados nesses locais.

Nas décadas seguintes acentuam-se as tensões políticas e as populações urbanas vão cobrar uma educação que atendessem de fato às urgentes demandas de uma cidadania plena, não mutilada, interessada.

No Brasil, somente nos anos 1980, todavia, vamos experimentar um movimento de expansão da escola pública, juntamente com o seu “dualismo perverso”, nas palavras de José Carlos Libâneo (2012). Muitos museus neste período desenvolvem trabalhos educativos que surgem como uma espécie de braço da escola e subordinado a ela, o que, por sua vez rendeu páginas de

2 O Movimento Antropofágico, criado a partir do Manifesto Antropófago, de 1928, tinha como objetivo a criação e valorização de uma cultura autenticamente nacional, mas não pela recusa dos elementos culturais externos, mas sim pela sua assimilação e superação, uma espécie de “digestão” daquilo que poderia nutrir a cultura nacional, tendo como base o que era genuinamente brasileiro e de caráter emancipatório.

críticas (LOPES, 1991). O pano de fundo aí residiria em como se recompor uma sociedade calcada em privilégios, e não em direitos, que se vê ameaçada diante da possibilidade da democratização do acesso ao bem “educação”, quer em sua forma escolar, quer em suas dimensões não-escolares.

Encontramo-nos, assim, diante de um momento onde a democratização do acesso de modo qualitativo tem sido amplamente discutida. No campo museal consolida-se a necessidade de conjugar os aportes da arte, ciências e história, em seus conteúdos museais, com a dimensão da educação escolar e o horizonte de uma formação integral, o que já vem acumulando boas experiências em museus de diferentes tipologias de acervo e concepções conceituais.

Não é demasiado ressaltar o que destacamos mais acima que a ciência moderna cuidou de compartimentalizar os conhecimentos e as diferentes áreas do saber, fragmentando a práxis humana, hierarquizando conteúdos que outrora caminhavam juntos. O papel educativo dos museus pode e deve ser o de conjugar conhecimentos adquiridos na escola com outros conhecimentos produzidos em outros campos da sociedade, como nas artes, ciências, indústria, saberes ditos populares, proporcionando assim, uma experiência cultural qualificada e plena de elementos que possibilite uma aproximação por meio da identificação com o que faz parte da história do seu território, com todos os seus contrastes e conflitos.

Convém aqui trazer a contribuição de Paullette McManus (1992) quando de sua classificação geracional dos museus de ciências que, ao nosso ver, pode ser transposta, com alguns limites, para outras tipologias de museus. Para a autora, a primeira geração de museus, com suas propostas museográficas, deriva dos Gabinetes de Curiosidades, no qual observavam-se a saturação de peças, a taxonomia e sua vinculação com a universidade. Os museus de História Natural figuram nesta geração. A preocupação reside em expor o maior número de obras e seus conceitos científicos.

No limiar dos séculos XVIII e XIX, estabelece-se a emergência da segunda geração de museus, calcada na experiência do mundo do trabalho, da indústria, da necessidade da precedência da técnica sobre as demais dimensões. As exposições são demonstrativas, com um caráter essencialmente didático.

Por fim, a terceira geração, já no século XX e que está na base da origem dos centros de ciência, possui um caráter de interatividade, de *hands-on*, e de transmissão de conceitos científicos, enfocando o desenvolvimento científico e a tecnologia contemporânea.

Nota-se que no mesmo período da última geração de museus de ciências, ocorre a efervescência dos métodos ativos, da experimentação, da Escola Ativa difundidos em especial pelo americano John Dewey, ainda no

início do século XX (CUNHA, 2002; BARBOSA, 2002), para quem o museu ocupava um lugar fundamental na educação e formação.

Observamos que, embora as gerações de museus estando situadas histórica e didaticamente, conforme pontua McManus (1992), seus elementos podem coexistir numa proposta museográfica contemporânea. Dito de outra forma, museus e exposições podem apresentar sedimentos sobrepostos de momentos anteriores.

De um modo geral, no campo das práticas educativas museais uma concepção de um museu acessível ao grande público, aberto, democrático ainda levará um tempo para se concretizar e, diríamos, que estamos ensaiando nesta direção. Dito de outra forma, as práticas educativas institucionalizadas nos museus e nas escolas, em geral, acompanham o movimento geral da sociedade que os mantém.

Durante muito tempo e, podemos dizer ainda hoje, em alguns casos, museus apresentam-se resistentes a uma proposta de democratização do acesso a públicos pouco familiarizados com os seus conteúdos ou neles representados, o que se observa, talvez em escala maior, em museus de arte, por vezes atrelados ao mercado de arte e na sua produção.

A representação que se construiu em torno da arte junto às classes populares era aquela de atividade que se distancia do trabalho manual, braçal, servil, profissional, o que se mantém, em parte, com a arte contemporânea, conceitual e distante da realidade da maior parte da população, e, sendo assim, revestida de um timbre elitista. Por sua vez, museus históricos são permeados por narrativas dos heróis, apresentando estereótipos já questionados, invisibilizando sujeitos e contendo narrativas baseadas em historiografias excludentes. No caso dos museus de ciências, em alguns casos muito influenciados por concepções mais contemporâneas, que instituíram os Centros de Ciências com propostas interativas, ainda se vêem distanciamentos entre o discurso científico e o cotidiano dos públicos.

Em síntese, por mais que exista uma diferença entre os dados de visitação nos museus dessas diferentes tipologias de acervo e concepções conceituais, os desafios da democratização do acesso e da apropriação de seus espaços e acervos ainda perduram na contemporaneidade.

Dentre os desafios postos à prática dos profissionais de educação que atuam nos museus de arte, de ciência e de história – e outras tipologias de acervo e concepções conceituais – está a construção de pontes que aproximem públicos até então afastados da produção, fruição e conhecimento do rico patrimônio cultural musealizado à disposição.

Mas tais desafios não devem ser superados pela ação exclusiva desses profissionais. Há que se cobrar uma postura institucional que seja comprometida com o objetivo maior de democratizar o acesso aos museus, não apenas abrindo

suas portas, mas atraindo diferentes públicos por meio da contribuição com o seu entendimento e apropriação de dos novos entendimentos na abordagem dos acervos institucionais.

Isto demanda a constituição e implementação de políticas públicas de educação museal que tornem as responsabilidades educativas dos museus uma função reconhecida e que cobrem das instituições de diferentes tipologias de acervo e concepções conceituais uma atuação mais articulada e ampliada no que diz respeito ao oferecimento de possibilidades educativas em seus espaços, estabelecendo-se, inclusive, parcerias com órgãos públicos de cultura e educação, instituições de ensino e de mais espaços em que desenvolvem ações de formação humana.

Relação entre públicos e integração de ações educativas em museus de história, ciências e artes

Pelo exposto compreendemos que os museus de arte, de ciências e de história possuem um viés comum que demonstra a sua vinculação com uma estética do poder, com uma ciência afastada do cotidiano da maioria da população, e com uma história hegemônica, que renega o protagonismo popular e que pouco contempla o movimento da história em sua totalidade.

Numa outra direção, não se pode desconsiderar uma constelação de movimentos, práticas e pensamentos que vêm adensando uma concepção de que a arte, a ciência e uma historiografia críticas podem alavancar processos emancipatórios.

Do mesmo modo que as exposições de arte, ciência e história podem apresentar sedimentos de diferentes momentos ou “gerações” em suas propostas, também destacamos que um fio comum que os ligam é a necessidade de se tornarem agências de empoderamento social, educacional e político, não apenas no seu aspecto individual, mas em sua dimensão coletiva.

Neste ponto retomamos o papel basilar desenvolvido pelo Projeto Museu de Ideias, em primeiro lugar por fortalecer os aspectos essenciais da educação museal que atravessam as tipologias de acervo dos museus envolvidos. Defendemos a existência de conteúdos transversais em museus de diferentes tipologias e que, de alguma forma, as ações e projetos que desenvolvem com os visitantes não devem desprezar. Quatro enfoques são, neste sentido, fundamentais, a saber: (1) o reconhecimento do espaço museal como detentor de uma cultura, historicamente produzida pelo conjunto da sociedade, mesmo nas suas relações de poder e disputa social e que devem ser objeto de leituras e análises críticas; (2) a apropriação de saberes, modos de fazer e de técnicas artísticas e científicas; a divulgação de conteúdos específicos a partir do trabalho com o objeto musealizado, explorando seu contexto

histórico, social, cultural, político e de produção, localizando os motivos de sua musealização; (3) a apropriação e compreensão dos modos de fruir e de compreender o espaço museal, suas conexões com as sociedades do passado e do presente e as atitudes comportamentais que demandam, de acordo com a necessidade de preservação e conservação dos testemunhos (objetos museológicos) na construção da memória e do conhecimento humanos; (4) a compreensão das diferentes linguagens e ferramentas presentes nos museus; e, fundamentalmente, a realização de processos educativos baseados no diálogo e no reconhecimento dos saberes e conhecimentos do público, estabelecendo laços indissolúveis de pertencimento entre públicos e acervos expostos.

A partir destes pressupostos, o Projeto Museu de Ideias ofereceu ofereceu nos últimos 10 anos oportunidades para profissionais da educação museal, da educação escolar e universitária e profissionais em formação de diversas áreas contribuírem com a construção de saberes para o campo, por meio de trocas de experiências e debates teóricos e conceituais, nas palestras e mesas redondas realizadas.

Uma tarefa reconhecidamente desafiadora para as instituições organizadoras do Projeto se constituía na sistematização e registro das atividades e a publicação dos conhecimentos resultantes dos eventos realizados ao longo desses anos. Felizmente, quatro publicações estão disponíveis hoje ao público. A primeira refere-se aos Anais do I Seminário de Mediação do Projeto Museu de Ideias, ocorrido no ano de 2013, no Museu da Chácara do Céu³. A segunda publicação reúne textos das mesas ocorridas no ano de 2016 que abordou a temática “crianças no museu: mediação, acessibilidade e inclusão” (2017)⁴. A terceira publicação apresenta textos das mesas organizadas em 2017 sob o tema “o lugar da educação nos museus” (2018)⁵ e a quarta publicação, resultante das mesas de 2018, expõe textos sob a temática “a colaboração entre museus: ações educativas, pesquisas e produção do conhecimento” (2019)⁶.

A tarefa de publicar tais textos possui um desafio adicional que reside no fato do Projeto Museu de Ideias não contar com verbas para a realização de suas atividades. Todavia, ressalta-se o empenho e dispêndio de tempo das pessoas envolvidos nas produções do projeto, o apoio logístico das instituições e a colaboração dos convidados.

Tais problemas não são exclusividade deste Projeto. Identificados nos debates que antecederam a construção da Política Nacional de Educação Museal (IBRAM, 2017), a falta de verbas, de sistematização, registro e avaliação de ações educativas em museus constitui-se em desafios comuns, existentes,

³ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B0DjlV9t6zct2NUYmlTNHRCUk/view>

⁴ Disponível em <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/123456789/2020>

⁵ Disponível em <http://hdl.handle.net/20.500.11997/8886>

⁶ Disponível em <http://hdl.handle.net/20.500.11997/15046>

em parte, pela ausência de orientações normativas e aprofundamentos teóricos nas atividades do cotidiano da educação museal. Reiteramos, e defendemos, portanto, a necessidade de amplificação e visibilidade da produção e trocas acadêmicas na área, bem como o fortalecimento coletivo de políticas públicas para a educação museal.

O projeto museus de ideias e o incentivo às políticas públicas de educação museal

Colocar em discussão o papel da educação nas diferentes tipologias de acervo e concepções conceituais de museu através do Projeto Museu de Ideias possibilitou um estreitamento de vínculos e de estratégias colaborativas entre as instituições e profissionais envolvidos. É, pois, nesta direção que muitos professores, educadores e mediadores de museus, estudantes de graduação e estudantes de ensino médio puderam ter a oportunidade de encorparem reflexões e debates em torno de temas que afetam diretamente suas práticas, num duplo movimento, nos quais as discussões alimentam a prática e esta, por sua vez, contribui com novas reflexões.

Sobretudo, foi possível colocar em evidência o que torna o museu efetivo na sua dimensão educativa e articulação com a sociedade: a relação da educação museal com o público. Entre as atividades realizadas, foram promovidas palestras sobre colecionismo e museus, divulgação da ciência, museus e turismo, apresentação de projetos continuados, como o caso da Mesa Redonda com a Professora Moema Góes do projeto Letrarte, do Museu da Chácara do Céu, e o já citado Seminário de Mediação (RANGEL *ET AL.*, 2013).

Conforme já descrito aqui, nesse período trouxemos à baila o debate sobre público infantil nos museus, inclusão e acessibilidade, setores educativos e educação nos museus, ações colaborativas e pesquisas na educação museal. Mais recentemente, no ano de 2019, realizamos uma mesa na Casa de Rui Barbosa na qual se discutiu alguns resultados, repercussões e reflexões sobre a Conferência Geral do ICOM 2019, em Kyoto, Japão, que entre seus pontos de pauta estava a elaboração de uma nova definição de museu. Convém evidenciar que, além de tratar de temas específicos, as palestras sempre se articulavam com as temáticas propostas anualmente pelo ICOM, para a Semana de Museus.

Uma das interfaces que deu origem ao projeto foi funcionar como um espaço interinstitucional de apresentação de resultados de pesquisas no campo museal. Tais apresentações contaram com presença de alunos de diferentes níveis de ensino e de profissionais interessados no tema. Outra interface residiu em multiplicar experiências bem-sucedidas ou aquelas que enfrentaram desafios de concretização e que seriam fundamentais trazer para o debate.

Embora diferentes instituições museais, a universidade e as redes de educadores em museus e centros culturais⁷ promovam eventos que tangenciam as questões afeitas ao universo da educação museal, a presença de uma iniciativa que regularmente abra espaço para pensar as especificidades deste campo é um elemento que consideramos central para a existência deste ciclo de debates. Compreendido desta maneira, o Projeto Museu de Ideias se constituiu como um espaço de formação continuada.

A educação continuada dos profissionais envolvidos na prática educativa em museus é um dos pontos centrais do debate acerca da formação de educadores no campo. Mas este não é o único tópico de demanda de profissionais de educação museal. O Fórum Virtual do Programa Nacional de Educação Museal (IBRAM, 2013)⁸, plataforma criada para elaborar de forma participativa e pública a Política Nacional de Educação Museal no Brasil, reuniu um conjunto expressivo de demandas de profissionais que atuavam cotidianamente nos museus brasileiros.

Entre as principais polêmicas tratadas naquele Fórum estavam: a regulamentação da profissão de educador museal, as parcerias público privado e as formas de financiamento de ações educativas em museus; os conceitos envolvidos na elaboração de ações educativas; as possibilidades de formação, específica ou geral, dos profissionais da educação museal; a necessidade de existência de setores educativos em todos os museus; a relação entre os setores técnicos dos museus; as relações museu-escola, museus comunidade, museus de diferentes tipologias de acervo e concepções conceituais, entre outros.

Considerações finais

Em algum momento, sedimentada pelas práticas sociais, atravessadas por diferentes posturas políticas e filosóficas, as instituições de ciência, de arte, de educação se firmaram pelo caráter compartimentalizado que as erigiu. Tal fragmentação acompanhava a hierarquização social que insistiam (e insistem) em promover privilégios de grupos em detrimento de direitos coletivos e da necessidade de construção de uma nova sociabilidade.

A aproximação de diferentes tipologias de acervo e concepções conceituais de museus na condução de um Projeto que pretenda discutir pontos em comum e aspectos específicos de cada um deles se coloca como uma possibilidade de pensar as práticas educativas museais numa outra direção. Através do Projeto Museu de Ideias buscamos cultivar hábitos de

⁷A primeira rede a surgir no Brasil foi a Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais do Rio de Janeiro, fundada em 2003. Hoje existem cerca de 15 redes espalhadas pelo país, com representação estadual ou local e instituiu-se desde 2014 uma rede nacional, a REM Brasil. As REMs são redes informais que surgiram a partir das demandas de profissionais do campo relativas à formação, troca de experiências e discussões em torno de políticas públicas para a área.

⁸Disponível em: <http://www.pnem.museus.gov.br>

articulação entre saberes, práticas e pesquisas como tentativa de fortalecer um “sentimento” (ou uma consciência) ampla de pertencimento ao espaço e aos modos do museu.

Acreditamos que esta seja uma tarefa da educação museal, compartilhada por todos os espaços que promovem processos museais. Ela se materializa na divulgação e mediação de conteúdos comuns a todos os museus, relacionados ao reconhecimento de seu território, apropriação de seu acervo e aprendizado das suas linguagens e maneiras de tratar o objeto musealizado.

Consideramos que as ações promovidas entre museus de diferentes tipologias e concepções que apontam para um sentido comum podem ser uma saída possível para começar a produzir um saber museal que dissemine o hábito de frequentar museus, proporcionando uma formação integral e democratizando o acesso, não só físico, mas intelectual e afetivo ao museu.

Vimos acontecer no Brasil um exemplo de esforço coletivo e público em tornar esse desafio uma realidade, a partir da construção participativa da Política Nacional de Educação Museal (IBRAM, 2017). Porém, os desafios são persistentes e passam pelo convencimento e reconhecimento do poder público, da importância das instituições e dos próprios agentes envolvidos neste processo, os educadores museais. No horizonte já se torna possível ver desenhadas algumas iniciativas que caminham na direção de vencer as dificuldades elencadas. Defendemos também que esta não seja uma tarefa só dos museus em colaboração, mas deve ser promovida por políticas públicas que aglutinem princípios e difundam objetivos coletivos entre setores educativos e profissionais da educação museal (CASTRO, 2013), cujo principal objetivo seja o da formação de público sob uma forma qualitativa, não apenas quantitativa.

Retomando as observações sublinhadas em páginas anteriores deste texto, cabe aos educadores museais em conjunto com os outros profissionais de museu, museólogos, designs e historiadores, repensar e problematizar a questão posta nestas reflexões. Entre elas, a permanência de um único olhar sobre as dimensões da experiência humana, como a arte e a ciência. A fim de que não se perpetuem histórias dominadas pela exclusividade de determinados segmentos sociais, responsáveis pela manutenção de poder, representação de status e fortalecimento de uma hegemonia.

Referências

- BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. *John Dewey e o Ensino da Arte no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- CAMERON, Duncan F. The museum, a temple or the forum. *Curator: The Museum Journal*, New York, US, v. 14, n. 1, 1971.
- CASTRO, Fernanda. *O que museu tem a ver com educação?* Educação, cultura e formação integral: possibilidades e desafios de políticas públicas de educação museal na atualidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- COSTA, Andréa F.; GOUVEA, Guaracira. Museu de Ciência: objetos do passado para a educação hoje. In: VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2009, Florianópolis. *Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*, 2009.
- COSTA, Andréa F.; RANGEL, Aparecida; CASTRO, Fernanda. S. R.; HENZE, Isabel. A. M.; VALENTE, Esther; SOARES, Ozias de Jesus (org.). *A colaboração entre museus: ações educativas, pesquisa e produção de conhecimento*. 1a. ed. Rio de Janeiro: Museus Castro Maya, 2019.
- COSTA, Andréa F.; RANGEL, Aparecida; CASTRO, Fernanda. S. R.; HENZE, Isabel. A. M.; VALENTE, Esther; SOARES, Ozias de Jesus (org.). *O Lugar da Educação nos museus*. Rio de Janeiro: Museus Castro Maya, 2018.
- COSTA, Andréa F.; RANGEL, Aparecida; HENZE, Isabel. A. M.; VALENTE, Esther; SOARES, Ozias de Jesus; HORTA, Vivian (org.). *Crianças no museu: mediação, acessibilidade e inclusão: Museu de Ideias, edição 2016*. Rio de Janeiro: Museus Castro Maya, 2017.
- CUNHA, Marcos Vinícius. 2002. John Dewey, a outra face da escola nova no Brasil. In: GHIRALDELLI, Paulo (Org.). *O que é filosofia da Educação?* 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora. p. 248-263.
- GOB, André; DROUGET, Noémie. *A museologia: história, evolução, questões atuais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). *Documento Preliminar do PNEM*. Brasília: MinC ; Ibram, 2013.
- Libâneo, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.
- LOPES, M. M. A favor da desescolarização dos museus. *Educação e sociedade*, n. 40, p. 443-455, 1991.

- MCMANUS, Paulette M. Topics in Museums and Science Education. *Science Education*, n. 20, p. 157-182, 1992.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RANGEL, Aparecida, CASTRO, Fernanda, VALENTE, Esther, SOARES, Ozias (orgs.). *Anais do I Seminário de Mediação do Projeto Museu de Ideias*. Rio de Janeiro: Museu Castro Maya, 2013.
- RODRIGUES, José. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação Brasileira: 1930 – 1973*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SEGALL, Maria Lúcia Alexandrino.. *O Museu Lasar Segall na década de 70: da contemplação estética à casa de cultura e resistência*. São Paulo: Edusp, 1991.
- SILVA, Gildemarks C. A relação Educação, Ciência e Interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 81, n. 199, p. 403-414, set./dez, 2000.
- SOARES, Ozias de Jesus. Possibilidades educativas no museu de arte: Para um encontro museu-escola. In: *Anais do 1º Encontro Nacional da Rede de Educadores de Museus e Centros Culturais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007.
- TEIXEIRA, Anísio.. A Pedagogia de Dewey. In: DEWEY, John. *Vida e Educação*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- VALENTE, M. E. Educação e Museus: a dimensão educativa do Museu. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P. S.; LOUREIRO, M.L. *Museu e Museologia: interfaces e Perspectivas*. Rio de Janeiro: MAST, 2009.
- VALÉRY, PAUL. O problema dos museus. In: CHAGAS, Mario (org). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, N. 31, 2005.[1931].